

## **AGROPECUÁRIA**

A Bahia, maior estado nordestino, ocupa uma área de 568.296 km<sup>2</sup>, com uma população de 12.541.675 habitantes em 1996. O clima é úmido no litoral, semi-úmido no oeste e semi-árido no restante do território.

No litoral sul, além da tradicional cultura cacaueteira, desenvolvem-se o cultivo de mamão e uma moderna pecuária. Seguindo em direção norte, encontram-se lavouras de dendê, cravo-da-índia, pimenta-do-reino, coco e alimentares (feijão, mandioca e cana-de-açúcar). A região do Recôncavo é grande produtora de cana-de-açúcar, fumo e alimentos. A nordeste, ao lado da pecuária, estão culturas de fumo (em retração), sisal e cítricos, e ainda de feijão, milho e mandioca.

O oeste constitui a “fronteira agrícola”, ocupada na década de 80 com o cultivo da soja segundo um padrão tecnológico moderno – o que influenciou positivamente o sistema de criação na pecuária, atividade tradicional na região.

Nas áreas onde predomina o clima semi-árido, destaca-se a região do Vale do São Francisco, onde foram implantados projetos de irrigação, encontrando-se cultivos modernos de uva, manga, melão e laranja e lavouras alimentares. As atividades tradicionais desenvolvidas nessas áreas são pecuária, o cultivo do feijão em Irecê, bem como de café, milho, abacaxi e laranja; e ainda de algodão, feijão, milho, floricultura e olericultura, entre outras, ao sul.

A estrutura da distribuição de estabelecimentos agropecuários no Estado da Bahia é bastante concentrada (Tabela 289). Os estabelecimentos pequenos, com menos de 100 ha, representavam, em 1995, cerca de 93% do total e ocupavam menos de 30% da área. No outro extremo, os estabelecimentos com mais de 1.000 ha eram apenas 0,5% do total e ocupavam 34,6% da área. Aqueles entre 100 ha a menos de 1.000 ha totalizavam 6% e ocupavam 35,6% da área.

**Tabela 289**

Distribuição dos Estabelecimentos e da Área, segundo Grupos de Área Total  
Estado da Bahia  
1995

Grupos de Área Total	Em porcentagem	
	Proporção do Número de Estabelecimentos	Proporção da Área dos Estabelecimentos
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Menos de 10 ha	57,5	4,6
10 ha a menos de 100 ha	36,0	25,2
100 ha a menos de 1.000 ha	6,0	35,6
1.000 ha a menos de 10.000 ha	0,5	24,5
10.000 ha e mais	0,0	10,1

Fonte: Censo Agropecuário 1995-1996 – IBGE.

Do total dos estabelecimentos, 83% eram explorados pelos próprios proprietários (para uma proporção da área de 64%), 11% por arrendatários e ocupantes (2% da área) e 5% por administradores (34% da área).

**Tabela 290**

Distribuição dos Estabelecimentos e da Área, segundo Condição do Produtor  
Estado da Bahia  
1995

Condição do Produtor	Em porcentagem	
	Proporção do Número de Estabelecimentos	Proporção da Área de Estabelecimentos
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Proprietário	83,3	63,7
Arrendatário	2,0	0,4
Ocupante	9,1	1,5
Administrador	5,6	34,4

Fonte: Censo Agropecuário 1995-1996 – IBGE.

A Tabela 291 apresenta informações sobre o uso da terra. Em 1995, o Estado da Bahia tinha 699,1 mil estabelecimentos, que ocupavam uma área total de 29.842,9 mil hectares, ou 52% da área territorial do Estado (56.730 mil ha). A proporção da área dos estabelecimentos aberta foi de 47%, ou seja, 53% não foi alterada. Chama a atenção a elevada proporção de áreas com matas e pastagens naturais (49% da área aberta), o que reflete a reduzida dimensão de uma agricultura intensiva no Estado.

**Tabela 291**  
Utilização das Terras  
Estado da Bahia  
1995

Em hectares	
Categorias	Área
<b>Área dos estabelecimentos</b>	<b>29.842.900</b>
Área aberta	13.981.913
Área em lavouras	3.889.829
Pastagens plantadas	6.652.955
Matas plantadas	297.429
Área em descanso	947.919
Área produtiva, mas não usada	2.193.781
Pastagens naturais	7.836.814
Matas naturais	6.839.132
Terras inaproveitáveis	1.185.041

Fonte: Censo Agropecuário 1995-1996. IBGE

Em termos de área colhida (Tabela 292), o cacau ainda era a principal cultura baiana, em 1995, apesar dos graves problemas de pragas e doenças (“vassoura-de-bruxa”) e da queda dos preços, seguida do milho, soja, mandioca, café e algodão herbáceo.

**Tabela 292**  
Área Colhida, segundo as Principais Culturas  
Estado da Bahia  
1995/96

Em hectares	
Principais Culturas	Área Colhida
<b>Total</b>	<b>2.164.843</b>
Algodão herbáceo	101.407
Arroz	50.348
Cana-de-açúcar	60.862
Mamona	48.568
Mandioca	211.402
Milho	544.098
Soja	355.101
Banana	32.539
Cacau	617.945
Café	111.859
Coco-da-baía	30.705

Fonte: Censo Agropecuário 1995-1996 – IBGE.

Os dados sobre os efetivos da pecuária são apresentados na Tabela 293. A principal finalidade da pecuária bovina (72% do rebanho) era o corte, seguido da produção de leite (21% do rebanho), da qual 70% foi destinada à venda. Cerca de 38% do rebanho bovino concentrava-se nos estabelecimentos de 100 ha a menos de 1.000 ha.

**Tabela 293**  
Efetivos da Pecuária  
Estado da Bahia  
1996

Efetivos	Cabeças
Bovinos	8.729.953
Suínos	1.211.160
Ovinos	2.007.356
Caprinos	1.922.373
Galinhas, galos, frangas e frangos	18.269.000

Fonte: Censo Agropecuário 1995-1996. IBGE

### **Evolução das Ocupações Agrícolas e Não-Agrícolas nos Anos 90<sup>29</sup>**

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio – PNAD de 1998, mais de 40% da população ocupada no Estado da Bahia ainda residia na área rural, um dos maiores contingentes registrados no país. As causas deste comportamento podem estar associadas à capacidade de fixação do agro baiano, por um lado, e à reduzida atração exercida pela maioria das cidades do Estado, além da importância do trabalho em tempo parcial na agricultura, por outro.

Os minifúndios baianos têm particularidades que ajudam a explicar a fixação da mão-de-obra no meio rural. Eles são um pouco maiores do que a média do Nordeste e, em geral, os proprietários são os próprios produtores. Ainda que o tamanho da área seja insuficiente para assegurar a manutenção de uma família, sua condição de proprietária possibilita que seus membros complementem a renda agrícola com atividades não-agrícolas. Outro motivo de retenção da população são os benefícios proporcionados pela Previdência Rural. Em muitos casos, o seguro social é o único meio de sobrevivência da família.

A Região Metropolitana de Salvador responde em média por 20% da população ocupada no Estado da Bahia. Dos residentes no espaço não-metropolitano, em 1998, 51,8% viviam no meio rural e 48,16% no meio urbano. Entre estes últimos, havia 347 mil ocupados na agricultura contra 1.706 mil em atividades não-agrícolas. Entre a população com domicílio rural, apenas 451 mil pessoas estavam ocupadas em atividades não-agrícolas, contra 1.758 mil na agricultura e pecuária.

<sup>29</sup> Este item tem como referência o trabalho “Os novos rurais baianos”, de Vitor de Athayde Couto Filho, no âmbito do Projeto Rurbano.

**Tabela 294**

População Ocupada (1), segundo Área, Situação do Domicílio e Ramo de Atividade  
Estado da Bahia  
1992-1998

		Em mil pessoas						
Área, Situação do Domicílio e Ramo de Atividade		1992	1993	1995	1996	1997	1998	1992/98 (% a.a.)
<b>Total</b>		<b>4.803</b>	<b>4.965</b>	<b>4.186</b>	<b>4.770</b>	<b>5.210</b>	<b>5.375</b>	<b>1,6</b>
	Urbano	2.708	2.753	3.018	2.891	3.022	3.139	2,3 ***
	Agrícola	370	378	395	318	334	358	-1,7
	Não-Agrícola	2.339	2.376	2.624	2.573	2.688	2.781	2,9 ***
	Rural	2.095	2.212	1.168	1.879	2.188	2.236	2,6
	Agrícola	1.773	1.829	1.755	1.512	1.808	1.763	-0,7
	Não-Agrícola	322	383	377	367	381	474	4,2 **
Metropolitana		970	984	1.130	1.047	1.087	1.113	2,3 ***
	Urbano	942	956	1.087	1.021	1.060	1.085	2,2 ***
	Agrícola	14	8	14	13	11	10	-1,1
	Não-Agrícola	927	947	1.073	1.008	1.048	1.075	2,4 ***
	Rural	28	29	43	25	27	28	-1,1
	Agrícola	11	5	10	4	7	5	-8,5
	Não-Agrícola	17	24	32	21	20	23	2,2
Não-Metropolitana		3.834	3.981	4.021	3.724	4.123	4.262	1,2
	Urbano	1.767	1.797	1.931	1.870	1.962	2.053	2,3 ***
	Agrícola	355	369	381	305	323	347	-1,7
	Não-Agrícola	1.411	1.428	1.551	1.565	1.639	1.706	3,2 ***
	Rural	2.067	2.183	2.090	1.853	2.161	2.209	0,2
	Agrícola	1.762	1.824	1.745	1.508	1.800	1.758	-0,6
	Não-Agrícola	305	359	345	345	361	451	4,3 **

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, IE/Unicamp. Julho/1999.

(1) PEA Restrita.

(\*\*\*, \*\*, \*) indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

A população ocupada com domicílio rural apresentou um crescimento de 2,6% no período 1992-98, resultado que se deveu ao aumento de 4,2% ao ano do número de pessoas ocupadas nas atividades não-agrícolas, já que o número de pessoas ocupadas em atividades agrícolas manteve-se praticamente estável (-0,7% ao ano).

O cenário relativamente favorável da agropecuária baiana nos anos 90 – que apresentou uma queda pouco significativa do níveis de ocupação – decorreu basicamente do bom desempenho da cultura de soja, e também do café, na região do cerrado, a oeste do Estado; do eucalipto, que expandiu-se do sul para o Recôncavo e o Litoral Norte; da fruticultura irrigada no Vale do São Francisco; e do cacau, em fase de recuperação, e da fruticultura,

especialmente o mamão, na faixa litorânea. Este desempenho atenuou os efeitos da crise vivida pelas culturas tradicionais, como o algodão arboreo, a mamona e o sisal.

Na Região Metropolitana de Salvador, para um total de 1.113 mil pessoas ocupadas, em 1998, apenas 28 mil residiam no meio rural, e destas, 23 mil exerciam atividades não-agrícolas. No interior, inversamente, cerca de 80% dos residentes no meio rural (1.758 mil pessoas) tinham ocupações agrícolas. Apesar de representarem somente 20% das ocupações da população rural ocupada, as atividades não-agrícolas cresceram a uma taxa de 4,3% ao ano, no período 1992-98.

Os principais ramos de atividade não-agrícola da População Economicamente Ativa (PEA) rural, em 1998, eram a indústria de transformação, a indústria da construção, o comércio de mercadorias, a prestação de serviços e os serviços sociais. O número elevado de pessoas ocupadas na construção civil (102 mil), em 1998, em comparação com os demais anos da série, deve-se à implementação de frentes de trabalho para aliviar os problemas da seca.

**Tabela 295**

PEA Rural Ocupada(1) em Atividades Não-Agrícolas, segundo Ramos de Atividade  
Estado da Bahia  
1992-1998

Ramos de Atividades	Em mil pessoas						
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1992-98 (% a.a.)
<b>Total</b>	<b>322</b>	<b>383</b>	<b>377</b>	<b>367</b>	<b>381</b>	<b>474</b>	<b>4,2 **</b>
Indústria de Transformação	59	65	70	58	72	65	1,4
Indústria da Construção	51	49	52	58	47	102	7,9
Outras Atividades Industriais	14	18	20	16	10	32	4,6
Comércio de Mercadorias	58	56	64	74	47	60	0,0
Prestação de Serviços	66	82	82	70	96	90	4,3 *
Serviços Auxiliares	6	11	4	6	7	19	10,5
Transporte e Comunicação	13	13	13	17	19	19	7,8 ***
Serviços Sociais	46	54	54	50	51	51	0,6
Administração Pública	8	32	15	16	26	25	11,4
Outras Atividades	-	3	4	-	5	11	-
<b>Metropolitano</b>	<b>17</b>	<b>24</b>	<b>32</b>	<b>21</b>	<b>20</b>	<b>23</b>	<b>2,2</b>
Indústria de Transformação	-	2	3	5	2	3	-
Indústria da Construção	2	3	3	2	3	3	3,4
Outras Atividades Industriais	-	-	-	-	-	-	-
Comércio de Mercadorias	2	4	7	4	2	3	-0,9
Prestação de Serviços	6	6	11	6	7	7	0,8
Serviços Auxiliares	1	1	1	-	-	2	-
Transporte e Comunicação	-	2	-	1	2	-	-
Serviços Sociais	-	2	2	2	-	3	-
Administração Pública	1	-	1	-	2	2	-
Outras Atividades	-	1	-	-	-	-	-
<b>Não Metropolitano</b>	<b>305</b>	<b>359</b>	<b>345</b>	<b>345</b>	<b>361</b>	<b>451</b>	<b>4,3 **</b>
Indústria de Transformação	58	62	67	53	70	62	1,0
Indústria da Construção	49	46	49	56	44	99	8,0
Outras Atividades Industriais	14	17	19	16	10	32	4,9
Comércio de Mercadorias	55	52	56	71	45	57	0,1
Prestação de Serviços	60	76	70	64	89	84	4,7 *
Serviços Auxiliares	4	9	-	6	7	17	-
Transporte e Comunicação	12	11	12	16	17	19	9,0 ***
Serviços Sociais	45	53	52	47	50	48	0,3
Administração Pública	6	31	14	15	24	23	12,7
Outras Atividades	-	-	3	-	4	11	-

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, IE/Unicamp. Julho/1999.

(1) PEA Restrita.

(\*\*\*, \*\*, \*) indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo; "-" indica menos de seis observações na amostra.

As atividades que tiveram crescimento mais significativo, ao longo da década, foram transporte e comunicação (7,8% ao ano) e prestação de serviços (4,3% ao ano). Os demais ramos, com exceção do comércio de mercadorias, também apresentaram resultados positivos, embora pouco relevantes do ponto de vista estatístico. A administração pública tem relativa importância na absorção da mão-de-obra rural, com grandes oscilações em

períodos pré-eleitorais, como nos anos de 1993 e 1997, quando o total de pessoas ocupadas cresceu até quatro vezes em relação a 1992.

**Tabela 296**

PEA Rural Ocupada(1) em Atividades Não-Agrícolas, segundo Setores de Atividade  
Estado da Bahia  
1992-1998

Setores de Atividade	Em mil pessoas						
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1992/98 (%a.a.)
<b>Total</b>	<b>322</b>	<b>383</b>	<b>377</b>	<b>367</b>	<b>381</b>	<b>474</b>	<b>4,2 **</b>
Construção	51	49	52	58	47	102	7,9
Estab. Ensino Público	36	45	44	41	41	44	1,6
Emprego Doméstico	28	35	38	34	40	37	4,1 *
Restaurantes	18	14	14	15	28	25	8,4
Comércio Ambulante	14	9	16	17	15	22	9,9 *
Comércio Alimentos	24	22	34	32	22	22	-0,3
Administração Municipal	5	19	13	12	23	20	18,8 *
Pedras	-	6	6	9	5	18	-
Indústria de Alimentos	14	13	13	9	8	17	-1,4
Indústria Transformação	21	16	20	17	19	15	-2,7
Biscates	-	2	2	-	3	10	-
Indústria de Madeiras	6	12	14	14	16	9	7,8
Transporte Público	5	3	5	7	7	9	13,5 **
Subtotal	221	244	270	265	276	350	6,4 ***
<b>Metropolitano</b>	<b>17</b>	<b>24</b>	<b>32</b>	<b>21</b>	<b>20</b>	<b>23</b>	<b>2,2</b>
Emprego Doméstico	2	2	6	4	4	3	8,3
Construção	2	3	3	2	3	3	3,4
Estab. Ensino Público	-	-	-	1	-	1	-
Comércio Alimentos	-	2	2	-	-	-	-
Administração Municipal	-	-	-	-	1	-	-
Serviços de Segurança	-	-	-	-	1	-	-
Comércio Ambulante	-	-	3	-	-	-	-
Subtotal	4	7	15	7	10	9	10,3
<b>Não Metropolitano</b>	<b>305</b>	<b>359</b>	<b>345</b>	<b>345</b>	<b>361</b>	<b>451</b>	
Construção	49	46	49	56	44	99	8,0
Estab. Ensino Público	35	45	44	39	41	43	1,4
Emprego Doméstico	25	33	31	30	36	33	3,8 *
Restaurantes	16	13	12	14	27	25	10,1 *
Comércio Ambulante	14	8	13	16	15	22	10,8 *
Comércio Alimentos	23	20	32	32	21	21	0,2
Administração Municipal	4	18	12	11	22	20	20,4 *
Pedras	-	6	6	9	5	18	-
Indústria de Alimentos	14	12	12	8	8	16	-1,6
Indústria Transformação	20	16	20	16	18	14	-2,8
Biscates	-	-	-	-	3	10	-
Indústria de Madeiras	6	12	13	14	16	9	7,8
Transporte Público	4	-	5	6	6	8	-
Subtotal	211	227	258	253	263	349	6,8 ***

**Fonte:** Tabulações Especiais do Projeto Urbano, IE/Unicamp. Julho/1999.

(1) PEA Restrita.

(\*\*\*, \*\*, \*) indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo; "-" indica menos de seis observações na amostra.

Os setores de atividade e profissões não-agrícolas que mais absorveram



mão-de-obra nas áreas rurais, entre 1992 e 1998, foram:

- a construção civil, que, independentemente do crescimento atípico verificado em 1998, com a implementação de frentes de trabalho contra a seca, manteve praticamente estável o número de ocupações para pedreiros e ampliou o de ajudantes de pedreiro (12% ao ano). O desempenho do setor decorre da construção de residências de fim-de-semana e de obras de infraestrutura turística, além das frentes de trabalho no interior;

- o ensino público, com a contratação, principalmente, de professores de nível fundamental;

- os serviços domésticos, graças ao aumento da demanda de empregadas domésticas nas áreas mais atrasadas do Estado, assim como de caseiro e de empregadas em residências de final-de-semana e em hotéis e pousadas da região litorânea;

- restaurantes, com destaque para a geração de empregos para cozinheiros;

- a administração municipal, em decorrência do processo de descentralização de recursos, nos anos 90, e do aumento das demandas de funções públicas. Em 1998, dos 25 mil empregados da administração pública, 23 mil pertenciam à esfera municipal;

- o comércio de alimentos e o comércio ambulante, que criaram grande número de ocupações em períodos alternados de maior expansão econômica. As ocupações de balconistas e atendentes também apresentaram crescimento em períodos alternados, seja nas áreas mais dinâmicas, principalmente aquelas voltadas ao turismo, seja nas mais atrasadas, através de pequenos estabelecimentos;

- a indústria de transformação, em particular o ramo de alimentos, apesar da crise do cacau e do algodão nos primeiros anos da década, que levou a uma pequena queda da ocupação, já em 1998 dava sinais de recuperação. A indústria de madeiras, impulsionada pelo desenvolvimento dos pólos madeireiro e de papel e celulose no sul do Estado, contribuiu em grande medida para a geração de ocupações. Outras indústrias, como de calçados,

assim como de bebidas e de processamento de grãos – estas últimas recentemente instaladas no Estado, cujos dados ainda não aparecem nas tabelas – já têm um impacto na ocupação da mão-de-obra rural;

- extração de pedras e transporte público.

**Tabela 297**  
PEA Rural Ocupada(1) em Atividades Não-Agrícolas, segundo a Ocupação Principal  
Estado da Bahia  
1992-1998

Ocupação Principal	Em mil pessoas						
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1992/98 (% a.a.)
<b>Total</b>	<b>322</b>	<b>383</b>	<b>377</b>	<b>367</b>	<b>381</b>	<b>474</b>	<b>4,2 **</b>
Ajudante Diversos	9	32	10	6	11	75	13,6
Pedreiro	36	27	33	32	25	36	-0,7
Serviços Domésticos	26	31	32	30	36	34	3,8 **
Serviços Conta-Própria	31	31	35	33	34	28	-0,5
Prof. Prim. Grau Inicial	21	30	29	20	27	26	0,9
Servente - Faxineiro	6	14	11	12	15	19	13,5 **
Ambulante	7	5	8	6	6	17	11,3
Ajudante Pedreiro	9	10	14	19	18	16	12,3 ***
Trab. Extração Pedras	-	6	5	9	6	16	-
Balconistas - Atendentes	15	12	13	26	14	15	2,8
Motorista	9	6	10	15	15	13	12,2 **
Diversos	6	9	15	13	9	12	8,9
Cozinheiro (Não Dom.)	5	7	7	7	8	10	10,6 ***
Forneiro em Olaria	18	14	16	12	15	8	-7,6 *
Garimpeiro	-	3	-	-	-	8	-
Moendeiro	6	6	5	-	4	7	-
Passadeira (Não Dom.)	-	6	4	-	-	6	-
Carpinteiro	-	7	10	5	7	5	-
Doceiro	-	-	-	-	6	5	-
Costureiro - Alfaiate	9	9	13	9	8	4	-9,7 *
Lixeiro	6	-	3	-	-	4	-
Empregador Indústria	4	-	-	3	-	4	-
Ajudante Mec. Veículos	-	3	-	-	4	4	-
Copeiro - Balconista	6	4	3	-	4	3	-
Marceneiro	-	-	-	3	6	3	-
Prof. Primeiro Grau	-	-	-	-	5	3	-
Guarda - Vigia	-	5	5	4	-	3	-
Auxiliar Serv. Médico	-	3	-	3	4	-	-
Subtotal	229	287	286	265	293	393	6,1 **

(continua)

Ocupação Principal	Em mil pessoas						
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1992/98 (% a.a.)
Metropolitano	17	24	32	21	20	23	2,2
Serviços Domésticos	2	2	5	3	4	3	9,7
Pedreiro	-	-	1	-	-	1	-
Serviços Conta-Própria	2	2	2	-	-	-	-
Ajudante Diversos	-	2	2	-	-	-	-
Diversos	-	-	1	-	-	-	-
Ajudante Pedreiro	-	-	-	-	2	-	-
Subtotal	4	6	12	3	5	6	2,7
Não Metropolitano	305	359	345	345	361	451	4,3 **
Ajudante Diversos	8	30	8	5	10	75	13,9
Pedreiro	35	26	32	31	24	35	-0,8
Serviços Domésticos	24	29	27	26	32	31	3,3 *
Serviços Conta-Própria	29	30	33	33	34	27	0,1
Prof. Prim. Grau Inicial	21	30	29	19	27	25	0,5
Servente - Faxineiro	5	13	10	11	14	18	15,0 **
Ambulante	7	4	6	5	6	17	11,1
Trab. Extração Pedras	-	6	5	9	6	16	-
Ajudante Pedreiro	9	10	13	18	17	16	12,2 ***
Balconistas - Atendentes	15	12	12	25	14	14	2,9
Motorista	8	4	9	15	13	12	16,7 **
Diversos	6	8	13	13	8	12	9,4 *
Cozinheiro (Não Dom.)	5	6	6	6	8	10	11,3 ***
Forneiro em Olaria	18	13	16	12	15	8	-7,5 *
Garimpeiro	-	3	-	-	-	8	-
Moendeiro	6	6	5	-	4	7	-
Passadeira (Não Dom.)	-	6	3	-	-	6	-
Carpinteiro	-	6	9	5	7	5	-
Doceiro	-	-	-	-	6	5	-
Lixeiro	6	-	-	-	-	4	-
Empregador Indústria	4	-	-	-	-	4	-
Costureiro - Alfaiate	9	9	13	8	8	4	-10,0 *
Copeiro - Balconista	5	3	-	-	4	3	-
Marceneiro	-	-	-	-	6	3	-
Auxiliar Serv. Médico	-	3	-	-	4	-	-
Prof. Primeiro Grau	-	-	-	-	5	-	-
Subtotal	220	263	256	243	277	369	5,9 **

(conclusão)

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto RURBANO, IE/UNICAMP. Julho/1999.

(1) PEA Restrita.

(\*\*\*, \*\*, \*) indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de Regressão log-linear contra o tempo; "-" indica menos de seis observações na amostra.

Resumidamente, os dados da PNAD para a PEA rural baiana revelam que, apesar dos sinais de crise, as atividades agrícolas ainda respondiam por cerca de 80% da ocupação da mão-de-obra em 1998. As ocupações em atividades não-agrícolas apresentaram significativo crescimento na década de 90, em particular a indústria de transformação e a construção civil, o comércio de mercadorias, a prestação de serviços e os serviços sociais. O crescimento é

resultado, dentre outras coisas, da necessidade dos agricultores ocuparem a mão-de-obra familiar disponível e complementarem a renda com outras fontes além da agricultura e pecuária.

Na análise por setores e ocupações, observa-se que do total de 474 mil pessoas residentes no meio rural ocupadas em atividades não-agrícolas, em 1998, a maioria encontrava-se na construção civil, em estabelecimentos de ensino público e no emprego doméstico, seguindo-se restaurantes, administração municipal, extração de pedras, transporte, comércio de alimentos, comércio ambulante e indústria de transformação, com destaque para a de alimentos. Constata-se ainda a existência de uma grande diversidade de ocupações, menos rentáveis e de baixa qualificação, além de precárias no que diz respeito às condições de trabalho e à aplicação da legislação trabalhista.

Apesar do crescimento das atividades rurais não-agrícolas, elas ainda são insuficientes para absorver boa parte da população rural, que ainda emprega-se, em sua maioria, na agricultura. Portanto, torna-se necessário incentivar essas atividades não-agrícolas, imprimindo novas dinâmicas ao meio rural, ainda mais se forem consideradas as características específicas e a significativa população rural baiana, o crescente desemprego nos grandes e médios centros urbanos e, principalmente, a probabilidade de surgimento de novas áreas agrícolas modernizadas, que pouco empregarão (emprego agrícola direto).

A criação de empregos não-agrícolas nas zonas rurais, através das mais diversas políticas públicas que incentivem os diversos ramos da economia, é uma importante estratégia para, simultaneamente, reter a população rural pobre nos seus atuais locais de moradia e elevar seu nível de renda. Não se quer dizer, entretanto, que a atividade agrícola deva ser esquecida. Ao contrário, é essencial desenvolver e distribuir a riqueza agrícola – de preferência, através de modelos de produção menos agressivos ao homem e ao meio ambiente – ainda mais porque é a partir dela que são abertos os caminhos para o desenvolvimento de muitas das atividades não-agrícolas e da

urbanização do interior. É importante lembrar que a melhor condição de vida da população rural não está necessariamente associada a melhores índices de modernização agrícola, mas, sim, a maiores graus de urbanização do interior. E essa urbanização não depende somente do incentivo às atividades agrícolas e não-agrícolas, mas principalmente da infra-estrutura social básica.

### **Demanda de Mão-de-Obra na Agropecuária – Sensor Rural<sup>30</sup>**

A Tabela 298 mostra que foram demandados 619 mil Equivalentes-Homens-Ano para as culturas selecionadas, de acordo com a estimativa para 1998, no Estado da Bahia. Esse total de EHA está distribuído em 3.390 mil hectares, cultivados com diferentes níveis tecnológicos, o que faz variar a ocupação por hectare. Na média, são demandados 0,18 EHA por hectare.

Observa-se que apenas quatro culturas – soja, feijão, milho e cacau – concentram 64,3% da área plantada total; e somente três produtos – cacau, feijão e mandioca – são responsáveis por 56% da ocupação total. Somando-se outros cinco produtos – café, cana-de-açúcar, eucalipto, milho e sisal, chega-se a 85% da demanda total. Conforme salientado anteriormente, as culturas de café e eucalipto têm apresentado importante crescimento da área cultivada no Estado nos anos mais recentes. O café está mais concentrado na região de Barreiras, ao passo que o eucalipto está presente no sul e também no litoral norte e no Recôncavo.

A principal cultura empregadora na Bahia continua sendo o cacau – apesar da crise vivida em meados dos anos 90 com a doença conhecida como “vassoura de bruxa” e também com a queda dos preços internacionais – seguida de perto pela mandioca e pelo feijão. Outra cultura que passou por forte crise, mas ainda aparece entre as oito principais empregadoras, é o sisal, fortalecido na região do município de Valente. Uma importante associação de produtores rurais implantou uma fábrica de processamento do produto nessa

---

<sup>30</sup> As estimativas ora apresentadas são resultado do trabalho de pesquisa *Mão-de-obra agrícola na Bahia*, realizado através de uma parceria entre a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI, a Fundação Seade e a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola – EBDA, que foi divulgado em janeiro de 2000.

região, conseguindo colocar derivados no mercado nacional e internacional, inclusive com o uso de selo de garantia de produto ecológico.

Entre as culturas importantes, destacam-se também algumas frutíferas como abacaxi, banana, coco anão, laranja, mamão, manga e maracujá. Estas frutíferas, conjuntamente, demandaram cerca de 48,5 mil EHA em 1998, quase 10% da demanda total no Estado. A principal região de fruticultura irrigada no Estado é o Vale do Rio São Francisco, em particular o município de Juazeiro. Pode-se notar a ausência de estimativas da demanda de mão-de-obra para a cultura da uva neste estudo. No entanto, dados da Fundação Seade indicam que a uva demandou cerca de 7,2 mil EHA em 1998, concentrados na região de Juazeiro, o que só reforça a importância da fruticultura no emprego agrícola do Estado.

**Tabela 298**  
Área Plantada e Demanda da Mão-de-Obra Agrícola, segundo as Culturas  
Estado da Bahia  
1998

Culturas	Área Plantada		Demanda de Mão-de-Obra	
	Hectares	%	EHA	%
<b>Total</b>	<b>3.390.957</b>	<b>100,0</b>	<b>618.923</b>	<b>100,0</b>
Abacaxi	3.037	0,1	11.912	1,9
Alface	336	0,0	431	0,1
Algodão	29.760	0,9	11.960	1,9
Alho	251	0,0	472	0,1
Arroz	35.778	1,1	4.868	0,8
Banana	26.703	0,8	5.950	1,0
Cacau	438.198	12,9	123.246	19,9
Café	106.654	3,2	29.296	4,7
Cana-de-Açúcar	53.630	1,6	36.091	5,8
Coco Anão	32.642	1,0	2.682	0,4
Coentro	246	0,0	297	0,1
Eucalipto	336.020	9,9	41.249	6,7
Feijão	603.913	17,8	112.175	18,1
Laranja	56.021	1,7	15.168	2,5
Mamão	28.261	0,8	5.465	0,9
Mamona	87.265	2,6	7.321	1,2
Mandioca	243.201	7,2	111.781	18,1
Manga	16.966	0,5	3.008	0,5
Maracujá	8.844	0,3	4.340	0,7
Milho	489.074	14,4	38.474	6,2
Sisal	139.256	4,1	37.655	6,1
Soja	649.302	19,2	5.071	0,8
Tomate Industrial	2.911	0,1	2.543	0,4
Tomate Mesa	2.688	0,1	7.468	1,2

Fonte: SEI/EBDA; Fundação Seade.

As maiores áreas plantadas no Estado, considerando-se as culturas selecionadas e a regionalização proposta neste relatório, localizam-se no

oeste, litoral norte/baixo sul e na área cacauzeira e no semi-árido. Visto que as diferenças entre as áreas plantadas devem-se, basicamente, ao tamanho das regiões e à utilização das terras (área utilizada/área total), é preciso observar as relações entre as participações de cada região na área cultivada e na demanda da força de trabalho. Por exemplo, o oeste baiano, onde predomina o cultivo de grãos em modernos sistemas de produção, responde por 25,4% da área cultivada. No entanto, esta mesma região é responsável por somente 5,8% da demanda de mão-de-obra no Estado, o que se deve ao alto grau de mecanização das atividades.

Para todas as demais regiões, a participação na demanda de mão-de-obra é sempre maior do que a participação na área cultivada. Isso porque as atividades desenvolvidas são grandes empregadoras por unidade de área, devido a dois motivos: os sistemas de produção são pouco mecanizados e demandam bastante mão-de-obra nas culturas tradicionais do semi-árido e/ou os sistemas são modernos, mas as frutíferas e o cacau empregam muita gente na colheita e nos tratamentos culturais, que ainda não são mecanizados.

**Tabela 299**  
Área Plantada e Demanda da Mão-de-Obra Agrícola, segundo as Regiões  
Estado da Bahia  
1998

Regiões	Área Plantada		Demanda da Mão-de-Obra	
	ha	%	EHA	%
<b>Total</b>	<b>3.390.957</b>	<b>100,0</b>	<b>618.923</b>	<b>100,0</b>
Oeste Baiano	864.236	25,4	35.978	5,8
Litoral Extremo Sul	354.367	10,5	69.309	11,2
Pólo Irrigado S. Francisco	51.484	1,5	17.133	2,8
Litoral Norte/Baixo Sul e Área Cacauzeira	967.924	28,7	236.185	38,2
Semi-Árido	1.152.946	33,9	260.318	41,9

Fonte: SEI/EBDA; Fundação Seade.

As estimativas para a pecuária mostram que a bovinocultura (de corte e de leite) é a principal atividade empregadora. Associada à reforma de pastagem, responde por mais de 95% da demanda total de mão-de-obra. As atividades de suinocultura e avicultura ainda têm pouca expressão no Estado, principalmente quando se pensa em sistemas integrados de produção com as agroindústrias.

Duas ressalvas precisam ser feitas sobre as estimativas da demanda de mão-de-obra na pecuária baiana. A primeira é que a ovino-capricultura, sabidamente uma atividade muito importante na ocupação de mão-de-obra em

algumas regiões do Estado, não pode ser incorporada nas estimativas, devido a não disponibilidade de coeficientes técnicos. A segunda é que as estimativas da Fundação Seade, expressas em EHA, apenas captam a necessidade de trabalho de um adulto ocupado 8 horas por dia durante todo o ano nos tratos necessários na atividade pecuária, mas, o que também é sabido, na Bahia, e em todo o Nordeste, é muito comum a presença de membros não remunerados da família subocupados na atividade pecuária, geralmente auxiliando pequenas tarefas executadas pelo responsável pela produção. Assim, as estimativas tendem a subestimar o número real de pessoas ocupadas na pecuária, como já foi alertado nas notas metodológicas deste relatório.

**Tabela 300**  
Demanda da Força de Trabalho Anual na Pecuária  
Estado da Bahia  
1998

Pecuária	EHA	(%)	Área/Produção/Rebanho
Reforma de Pastagem(1)	34.238	43,5	665.296
Bovinocultura de Corte(2)	12.164	15,5	5.921
Bovinocultura de Leite(3)	30.295	38,5	772.967
Suinocultura(2)	1.665	2,1	1.199
Avicultura de Corte(2)	89	0,1	26.585
Avicultura de Postura(2)	206	0,3	793
Total	78.657	100,0	-

**Fonte:** Fundação Seade.

EHA= Equivalentes-Homens-Ano.

(1) Área em hectares. Corresponde a 10% da área com pastagens cultivadas.

(2) Rebanho em mil cabeças.

(3) Produção em mil litros.

## Regionalização

Nas últimas décadas, vêm ocorrendo algumas mudanças que proporcionaram um redesenho no meio rural baiano. Por um lado, há regiões que apresentam um dinâmica centrada no crescimento de atividades modernas, intimamente ligadas às agroindústrias e ao surgimento de novos produtos. Por outro, de maneira muito marcante, ainda persistem regiões atrasadas, castigadas pelos ciclos da seca e, conseqüentemente, com muitos problemas econômicos e sociais.

Portanto, ao largo das tradicionais dinâmicas agropecuárias do meio rural baiano, surgiu uma produção moderna, tecnificada e globalizada, a qual é regida pelo grande capital nacional e internacional. Por isso, em termos da dinâmica da economia rural baiana, pode-se dividir o Estado em regiões



modernas, de um lado, e tradicionais, de outro.

Recente trabalho publicado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI,<sup>31</sup> que toma como base a distribuição das pessoas em idade ativa e aquelas ocupadas na agropecuária, dividiu o Estado em três grandes regiões – a moderna, a litorânea tradicional e a interiorana tradicional – que, grosso modo, dá conta de uma regionalização segundo as principais dinâmicas agrícolas do Estado.<sup>32</sup>

A região “moderna”, ou “ilhas de prosperidade”, engloba as microrregiões de Barreiras, Cotegipe e Santa Maria da Vitória, situadas a oeste do Estado. A “litorânea tradicional” é composta por parte da mesorregião sul baiano (microrregiões de Ilhéus-Itabuna e Valença), parte da Região Metropolitana de Salvador (microrregiões de Catu, Salvador e Santo Antônio) e parte do nordeste baiano (microrregião de Entre Rios). Já a “interiorana tradicional” é composta por toda a mesorregião centro norte baiano e centro sul baiano, parte da nordeste baiano (menos a microrregião de Entre Rios) e da Vale São Francisco da Bahia (menos a microrregião de Juazeiro).

Um aspecto a ser considerado é a diversidade encontrada no interior de cada grande região, tanto em relação ao padrão tecnológico na condução das lavouras, quanto às atividades agrícolas e não-agrícolas desenvolvidas.

Os novos padrões encontrados na lavoura cacaueteira e em outros cultivos anteriormente praticados, ou em substituição ao cacau, mesmo naquela região nomeada como “litorânea tradicional”, enquadram-se no que poderíamos chamar de moderno. Em relação às atividades agrícolas, a diversidade de cultivos encontrados nas “ilhas de prosperidade” não mais permite que sejam consideradas como zonas especializadas. No oeste baiano, além das lavouras de grãos (soja, principalmente) encontram-se outras, como o café e as frutas. Mesmo no Vale do Médio São Francisco (Juazeiro), reconhecida zona de fruticultura, encontra-se a produção de olerícolas (tomate). No extremo sul, em que pese ser a maior região produtora de mamão do país, outras frutíferas são

---

<sup>31</sup> *Novos mundos rurais baianos*. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais – SEI. Série Estudos e Pesquisas, junho de 1999.

<sup>32</sup> Observa-se no trabalho que o agrupamento de microrregiões para a divisão do Estado nas três grandes regiões não compõem, necessariamente, uma mesma ou mais mesorregiões.

cultivadas, além de se desenvolverem atividades associadas à pecuária e ao reflorestamento, inclusive com importantes indústrias. Se às atividades agropecuárias acrescentar-se o turismo, pode-se observar que, além do litoral, a região interiorana tradicional, em especial a Chapada Diamantina, destaca-se nacionalmente, bem como a região do Vale do São Francisco, associada aos negócios agrícolas.

Devido a essa grande diversidade socioeconômica, algumas regiões da Bahia ganham importância não só no Nordeste brasileiro, mas também nacionalmente e internacionalmente. Por esta razão, o presente relatório, no sentido de compreender a complexidade da economia rural baiana, propõe, a partir do recente trabalho da SEI e da pesquisa de campo realizada no início de dezembro de 1999, uma nova regionalização, um pouco mais ampla do que a proposta pela SEI, que permita explorar mais detalhadamente as principais dinâmicas agrícolas e não-agrícolas do Estado da Bahia. Esta nova regionalização compõe-se de cinco grandes regiões, a saber:

– Oeste Baiano: engloba as microrregiões de Barreiras, Cotegipe, Santa Maria da Vitória, compondo a mesorregião Extremo Oeste Baiano.<sup>33</sup> Trata-se de uma região de cerrado, plana, bem servida de recursos hídricos (rios), caracterizada por uma agricultura de moderna tecnologia, centrada na mecanização, no uso de insumos químicos e na irrigação. As principais culturas são soja, feijão, frutas e café.

– Litoral Extremo Sul: é parte da mesorregião Sul Baiano (abaixo das microrregiões de Ilhéus-Itabuna e Valença),<sup>34</sup> caracterizada pelo reflorestamento e por uma agropecuária moderna e tecnificada (fruticultura e pecuária bovina de corte semi-extensiva).

– Pólo Irrigado do Submédio São Francisco: localizada no semi-árido, às margens do São Francisco, no lado baiano, compõe a região de Juazeiro, ao norte do Estado, na divisa com o Estado de Pernambuco. Os municípios baianos inseridos neste pólo são: Juazeiro, Sobradinho, Curaçá, Casa Nova e

---

<sup>33</sup> *Novos mundos rurais baianos*. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais – SEI. Série Estudos e Debates: junho de 1999.

<sup>34</sup> *Novos mundos rurais baianos*. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais – SEI. Série Estudos e Debates: junho de 1999.

Santo Sé. Do lado pernambucano, estão Petrolina, Lago Grande, Santa Maria e Boa Vista. Petrolina e Juazeiro, os dois municípios de maior expressão econômica, respondem por um aglomerado urbano<sup>35</sup> de 400 mil habitantes.

– Litoral Norte/Baixo Sul e Área Cacaueira: engloba as microrregiões de Ilhéus, Itabuna, Valença, Salvador, Catu, Santo Antônio de Jesus e Entre Rios. Nas duas primeiras, concentra-se a produção de cacau; em Valença, localizam-se os cultivos de dendê, piaçaba, sisal, pimenta do reino, fumo, cana de açúcar, mamona, entre outras; as demais têm importância na produção de fumo, eucalipto e laranja. Estas atividades agrícolas passam por um processo de crise por diversos fatores, sendo que o cacau aponta para um processo de reestruturação.

– Semi-Árido: compreendida entre as regiões listadas anteriormente, constitui-se de várias sub-regiões, com grande diversidade de clima, vegetação, solo e água, assim como de condições socioeconômicas.

---

<sup>35</sup> Este termo é usado devido à peculiaridade destas cidades, que apesar de serem de Estados diferentes, estão ligadas por uma ponte sobre o Rio São Francisco, o que faz com que tenham uma vida econômica e social de integração. Por exemplo, alguns pequenos produtores de Petrolina vão vender seus produtos no Mercado do Produtor de Juazeiro; não se tem tarifa adicional dos táxis para trafegar de uma cidade para outra; as redes de televisão regional tratam as cidades de forma conjunta e integrada; o aeroporto de Petrolina serve as duas cidades; as duas cidades mantêm altos índices de crescimento populacional, possuindo cada uma cerca de 200 mil habitantes.

**Mapa 7**  
 Regionalização da Agropecuária  
 Estado da Bahia  
 2000



Fonte: FSeade - 2000.

## **Oeste Baiano**

A configuração fundiária da região do oeste baiano caracteriza-se pela ocupação de um vazio demográfico, ou “terra de ninguém”, realizada principalmente por empreendimentos privados do centro-sul do país, com experiência na agricultura em grande escala e na utilização de tecnologias avançadas, que se assentam inicialmente em terras baratas, com alto potencial agrícola.

O processo histórico de ocupação da região, segundo alguns agentes, ocorreu em duas fases. A primeira, do final dos anos 60 até meados dos anos 70, foi marcada pela grilagem e pela violência, com a morte de muitas lideranças locais e sindicais. A segunda, nos anos 80, pela expansão da soja.

O Proálcool foi o principal pretexto utilizado para a titulação das terras pelo Instituto de Terras da Bahia – Iterba, pois empresas com enormes plantas industriais previstas para a região nunca saíram do papel. Neste período, a região serviu como área de “certificado de reflorestamento” para as siderúrgicas mineiras<sup>36</sup>. Foi um período de grande migração de produtores oriundos do centro-sul do país e, também, o início do plantio da soja.

Com a introdução da variedade soja tropical desenvolvida pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, ocorreu uma nova onda migratória de produtores do centro-sul, que impulsionaram uma agricultura moderna e tecnificada. Em 1983, a curva de produção da soja na região decolou, e, nos anos seguintes, o rendimento físico foi aumentado progressivamente.

Segundo os agentes locais, “o Estado correu atrás da ocupação privada”, apesar de a região ser beneficiada pelo Programa de Desenvolvimento do Cerrado – Prodecer e por uma lei estadual que obriga o governo baiano a investir 10% de sua renda no Oeste.

Atualmente, a região não exporta a soja *in natura*, pois já possui indústrias

---

<sup>36</sup> Pequenas e médias reflorestadoras na região eram indenizadas por siderúrgicas mineiras pelo plantio de árvores (pinus e eucaliptos) e, em contrapartida, proporcionavam às siderúrgicas um certificado de reflorestamento. Estas, com a posse dos certificados, podiam continuar retirando árvores de suas áreas tradicionais, atendendo a sua demanda por carvão vegetal.

esmagadoras. A maior parte da produção do Oeste baiano é comercializada fora do Estado, principalmente com o Centro-Sul. Há perspectivas de ampliação das relações com Tocantins, com a instalação de um corredor multimodal naquele Estado.

Além da soja, outras culturas vêm ganhando expressão regional e nacional, como o feijão e o milho, que respondem por 50% e 75%, respectivamente, da produção do Estado; e as frutas, com destaque para melancia, graviola, laranja e mamão e o café.

O Oeste Baiano responde por 10,8% do valor bruto da produção (VBP) do setor primário estadual. As lavouras temporárias respondem por 86,3% do VBP regional e 32,3% do estadual, e a pecuária por 7,7% do VBP regional, sendo a segunda atividade do setor agropecuário na região (SEI, 1999).<sup>37</sup>

Barreiras, cidade pólo da região, com uma população de cerca de 100 mil habitantes é o terceiro maior centro de consumo no Estado.

### ***Litoral Extremo Sul***

As principais atividades econômicas da região são o reflorestamento, que decorre da expansão da área de produção de pinus e eucalipto das empresas de papel e celulose do Espírito Santo; a fruticultura, em particular o mamão; e a pecuária de corte.

Com a expansão da área de reflorestamento capixaba, constituiu-se na região a Bahia Sul Celulose, com capital das duas grandes empresas capixabas do setor, a Suzano e a Aracruz. Sua existência veio contribuir para a consolidação da atividade de reflorestamento.

O mamão foi difundido na região através de assentamentos da Cooperativa de Cotia e da Sul Brasil, e também de produtores capixabas e do Centro-Sul do país. Atualmente, uma parcela significativa da produção é feita através do sistema de arrendamento. Na fase de maior expansão, a cultura de mamão,

---

<sup>37</sup> *Bahia 2000*. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI. Salvador, SEI, p. 23-77, 1999.

associada à de outras frutas, como citrus e maracujá, chegou a ocupar as áreas de cacau, durante a crise dessa cultura nos anos 90. Contudo, a incidência de doenças, principalmente o mosaico, levou ao deslocamento da cultura para outras áreas arrendadas – processo que foi contido, mais recentemente, com o controle da doença e a introdução de variedades mais resistentes.

A produção de bovino de corte acompanha o eixo de expansão do mamão e está estruturada no gado precoce – mistura da rusticidade do gado nelore com a precocidade do taurino de origem européia, trazido para a região por mineiros e capixabas. O índice de novilho precoce no Litoral Extremo Sul é de 65%, segundo alguns agentes locais.

A ocupação da agropecuária dinâmica na região ocorreu através de grandes propriedades, e foi marcada por conflitos de terra entre posseiros e empresas de reflorestamento.

### ***Pólo Irrigado do Submédio São Francisco***

Esta região é um dos principais pólos de irrigação do país, e destaca-se pela produção de frutas e tomates, integrada a um padrão exportador e agroindustrial. Os perímetros irrigados, constituídos por capitais públicos e privados, sobrepõem-se à divisão estadual, avançando no lado pernambucano.

Os perímetros irrigados públicos distribuem-se entre áreas de colonização, exploradas por produtores familiares, identificados como colonos, e áreas de empresas, que podem ser médias ou grandes. A seleção de colonos e de empresários é feita pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – Codevasf.

A área de irrigação pública estende-se por 70.000 ha, dos quais 41.843 ha são ocupados por perímetros irrigados (23.915 ha de empresas e 17.928 de colonos). No eixo Petrolina-Juazeiro, existem seis grandes perímetros irrigados: Mandacaru, Curaçá, Maniçoba e Tourão, do lado baiano, e Bebedouro e Nilo Coelho, do lado pernambucano. Os perímetros irrigados,

intercalados pelo semi-árido, tornaram-se ilhas de prosperidade, cercadas pelo ambiente árido do sertão.<sup>38</sup>

Além dos perímetros, encontram-se ainda, às margens do São Francisco, grandes projetos privados, comunidades de ribeirinhos e projetos de reforma agrária que, nos últimos cinco anos, assentaram quase 2.000 famílias que trabalham com sistemas de produção irrigados.

A região de Juazeiro responde por 5,5% do valor bruto da produção – VBP do setor primário do Estado. As lavouras representam 83% do VBP regional (47% são temporárias e 36% permanentes). A agricultura irrigada é o ramo mais importante da economia municipal, e também o que absorve a maior parcela de mão-de-obra.

A produção de frutas no Pólo Irrigado do Médio São Francisco, formado por Juazeiro e Petrolina, em Pernambuco, potencializada pelos recursos naturais disponíveis – água abundante e clima favorável – dado o seu padrão comercial, conquistou grandes espaços nos mercados das regiões metropolitanas do país e também do exterior.

A especialização em frutíferas ocorreu a partir dos anos 90. Até então, eram explorados, principalmente, os cultivos anuais, como de tomate, feijão, cebola, melancia e melão. Hoje, dois terços da área dos perímetros irrigados são ocupados por culturas de frutas.<sup>39</sup> As áreas das empresas estão se especializando no cultivo da manga, enquanto os colonos apostam na diversificação, investindo na produção de banana, manga, coco-anão e goiaba.

Graças, principalmente, à agricultura irrigada, o Submédio São Francisco vem experimentando, nas últimas décadas, um processo de desenvolvimento que permitiu incorporar à economia local áreas pouco produtivas; assentar um grande número de famílias de baixa renda; instalar um grande número de empresas agrícolas nos perímetros irrigados públicos; viabilizar a agroindústria regional; e criar novos empregos no campo. Ao longo desse processo,

---

<sup>38</sup> CORREIA et alii. *Dinâmica da agricultura irrigada do Pólo Juazeiro-BA/Petrolina-PE*. Artigo apresentado no 37º Congresso da Sober – O Agronegócio do Mercosul e sua Inserção na Economia Mundial. Foz Iguaçu/PR, 1999.

<sup>39</sup> MARINOZZI et alii. *Dinâmicas da agricultura irrigada do Pólo Juazeiro – BA/ Petrolina-PE*. Artigo apresentado no 37º Congresso da Sober – O Agronegócio do Mercosul e sua Inserção na Economia Mundial. Foz Iguaçu/PR, 1999.



Petrolina e Juazeiro tornaram-se os maiores centros de produção agroexportadora e agroindustrial dos seus Estados.

Entretanto, as áreas passíveis de irrigação estão se esgotando, e o principal fator limitante é o próprio solo, segundo os técnicos da Embrapa. Além disso, o abastecimento de água na região é comprometido pelo uso indiscriminado dos mananciais pela agricultura intensiva irrigada, assim como pela poluição do São Francisco por esgotos domésticos. Torna-se cada vez mais premente, na região, uma política de uso sustentável da água e de uma convivência produtiva e ambiental com o semi-árido.

A par esses problemas, ainda existem áreas marginais, no interior dos municípios do pólo, onde se praticam a agricultura de sequeiro e, principalmente, a criação de caprinos e bovinos, que não foram favorecidos com nenhum tipo de financiamento diferenciado.

Ainda assim, essas áreas se beneficiaram indiretamente com os investimentos nas áreas irrigadas, já que o consumo de carne vem aumentando com o crescimento dos centros urbanos de Petrolina e Juazeiro.

Também como decorrência do crescimento da fruticultura irrigada, vem aumentando a demanda por esterco animal. Visto que nas áreas irrigadas, devido ao sistema de produção em áreas abertas, não tem sido possível manter a criação de caprinos/ovinos, o sequeiro tornou-se fornecedor de adubo orgânico para as frutíferas irrigadas.

### ***Litoral Norte/Baixo Sul e Área Cacaueira***

Embora possua as melhores terras agriculturáveis da Bahia, esta região do litoral não se modernizou, e a agropecuária vive um processo de franca decadência – o que é tanto mais grave na medida em que nela se concentra a maior parcela da população do Estado. Além de Salvador, fazem parte da região grandes municípios, como Feira de Santana, Valência, Ilheus e Itabuna.

No Litoral Sul, desenvolve-se a atividade tradicional de produção do cacau, que ainda tem um peso significativo na pauta de exportações do país, apesar de estar menos competitivo diante de concorrentes como a Costa do Marfim.

A crise vivida pelo cacau decorreu, por um lado, da queda dos preços no

mercado externo e, por outro, da incidência da doença “vassoura de bruxa”. Mesmo assim, a produção baiana não vem sofrendo reduções drásticas. Com apoio de instituições de pesquisa e extensão, como o Centro de Pesquisa e Planejamento da Lavoura Cacaueira – Ceplac, os produtores vêm investindo na seleção de plantas resistentes e mais produtivas, clonagem, novas técnicas de gestão das lavouras e da mão-de-obra, vacinas, etc.

Além do cacau, as culturas agrícolas da região vivem situações críticas, que segundo agentes locais, explicam-se em parte pelo direcionamento dos investimentos na região para atividades de lazer e turismo, e por outra parte, por razões específicas, tais como:

- sisal: entrada no mercado dos produtos concorrentes derivados dos petroquímicos;
- fumo: saída da fábrica da Souza Cruz do Estado;
- cana-de-açúcar: elevação do preço da terra no Recôncavo a partir da exploração de petróleo;
- mamona: concorrência do produto vindo da China;
- piaçaba: concorrência com o produto industrial (vassoura).

### ***Semi-Árido Baiano***

Esta região apresenta uma grande diversidade de clima, vegetação, solo e, água, assim como de condições socioeconômicas – o que caracteriza a existência de distintas diversas sub-regiões no seu interior. Todavia, nos períodos de seca prolongada as diferenças desaparecem, já que quase toda a região sofre igualmente seus efeitos.

Entre as condições favoráveis às atividades agropecuárias, identificadas na pesquisa de campo, destacam-se:

- a fertilidade e condições físicas do solo de Irecê, que se tornaram um grande atrativo para os investimentos em irrigação, e fizeram da região importante produtora de feijão;
- o microclima da Chapada Diamantina, que permite o desenvolvimento de sistemas de produção agrícola variados, como a fruticultura irrigada e o café;

- o microclima de Vitória da Conquista, propício ao cultivo do café;
- o regime de chuvas em duas estações, no inverno e no verão, em algumas regiões, que possibilita dois momentos de cultivo. Essa particularidade fez surgir os chamados “os caça chuva”, produtores de feijão de Irecê (onde só há um período de chuva no verão), que após o cultivo, migram para outras regiões para aproveitar a chuva de inverno;
- o microclima de Guanambi, propício à cultura do algodão.

Os sistemas de produção predominantes no semi-árido baiano são a agricultura de subsistência e a pecuária extensiva. Os pequenos produtores familiares dedicam-se principalmente à criação de ovinos e caprinos.

Os produtores da região convivem com uma situação de risco permanente à sua subsistência, dado o condicionamento dos sistemas produtivos aos ciclos da seca. O desenvolvimento de tecnologias que superem os problemas causados pelos longos períodos de longa estiagem continua sendo a grande expectativa dos produtores do semi-árido.

## **Escolas Agrotécnicas Federais**

### ***Catu***

A região da Escola Agrotécnica Federal de Catu, localizada no litoral norte do Estado, compreende os municípios de Catu, São Sebastião do Passé, Alagoinhas, Araçás, Pojuca, Candeias, Mato São João, São Francisco do Conde e Madre de Deus – que formam uma bacia petrolífera. Desde a década de 50, quando a Petrobrás se instalou em Catu, toda a economia regional foi condicionada às atividades de extração de petróleo. Atualmente, a região vive uma situação de crise, depois que os poços foram privatizados e a estatal encerrou suas atividades. O grupo que venceu a concorrência – o Petrorecôncavo, formado pelas empresas Perbrás, de capital nacional, e Petro Santo André, de capital americano, e pelo Banco Opportunity – ainda não iniciou suas operações.

A vinda da Petrobrás para a região atraiu várias empresas privadas, nacionais e estrangeiras, fornecedoras de equipamentos e serviços, como a Perbrás, Sebeb, Sotep, Halliburton e Dowl-Schumberg, entre outras – o que

levou a um processo de migração em massa de trabalhadores do campo para as cidades. Até então, a economia regional tinha como base os cultivos de fumo, que era exportado *in natura*, sisal e mandioca. Essa migração ocorreu, por um lado, pela necessidade de trabalhadores para as atividades petrolíferas e pela atração exercida pelos salários oferecidos por essas empresas, e, por outro, porque muitas áreas foram desapropriadas para as prospecções. Não apenas a agricultura inviabilizou-se, como também amplas extensões de vegetação natural foram devastadas, para facilitar o deslocamento de máquinas e equipamentos para os locais de perfuração.

Com o esvaziamento do campo, abriu-se caminho para o desenvolvimento da pecuária, que, no entanto, manteve-se como atividade secundária, voltada quase que exclusivamente ao abastecimento dos restaurantes da Petrobrás e das empresas associadas.

O esgotamento dos poços e a extração de petróleo em plataformas marítimas levaram, nos últimos anos, a uma retirada lenta e gradual da Petrobrás e das empresas associadas da região, o que lançou as economias locais em uma profunda crise. Catu, que foi sede administrativa da estatal, e que chegou a ter o terceiro orçamento do Estado da Bahia, é o que mais se ressentiu desse processo. Atualmente, o município conta com cerca de 50.000 habitantes, dos quais apenas 11.000 permanecem no meio rural – o que representa uma taxa de urbanização de 80%, comparável às dos municípios da Região Metropolitana de Salvador.

Alguns municípios buscam saídas através de políticas de incentivos para atrair novas indústrias. É o caso de Alagoinhas, onde já existe uma unidade da cervejaria Schincariol, além de indústrias de fumo/charutos para exportação, calçados e cerâmica. O município também se destaca como produtor de coco e laranja. Contudo, a situação de Alagoinhas é atípica: por sua localização geográfica, é tradicionalmente um importante centro comercial e de serviços da região, antes como entroncamento de ferrovias, e agora de rodovias que ligam a região ao norte do Estado, até Sergipe (BR 101), e a outros centros econômicos, como Feira de Santana. Alguns municípios apostam no turismo, entre outras alternativas que estão surgindo com a efetivação do projeto rodoviário “linha verde”. A agropecuária persiste com níveis baixos de

produtividade, voltada apenas a abastecer o mercado local.

A possibilidade de retomada da extração de petróleo ainda não foi definida pelo grupo Petroreconcavo. Até o momento, a transferência dos poços, segundo um agente local ligado ao grupo, não foi efetivada por dois motivos: o primeiro é que a Petrobrás não decidiu o que fazer com a mão-de-obra que não será absorvida; o segundo, é que, com a alta do preço do petróleo, tornou-se desvantajoso para a empresa adquirir o produto de terceiros.

Em termos de oferta de emprego, o agente ligado ao consórcio afirma que “antigamente a atividade de extração de petróleo exigia *braço* e hoje exige *cabeça*” e que “quem sobreviver no mercado de trabalho terá grande chance de crescer, pois a empresa americana paga bem”. Isto porque o novo momento da extração de petróleo é intensivo no uso de tecnologia e de capital, e poupador de mão-de-obra. A perspectiva é que o nível de exigência de escolaridade dos novos trabalhadores seja de ensino médio.

### ***Escola Agrotécnica Federal de Catu***

A EAF situa-se praticamente dentro do perímetro urbano de Catu. Um dos agentes entrevistados atribui a crise econômica do município – que, como dito anteriormente, centralizava a maioria das atividades de exploração petrolífera, e que, por esta razão, foi o mais afetado como a saída da Petrobrás – à decadência do ensino. Os municípios que mantiveram ativos outros setores da economia, como o comércio e os serviços, alcançaram um padrão superior ao de Catu. É o caso de Alagoinhas, que tem boas escolas, principalmente as privadas. Considerando a má qualidade do ensino médio, tanto público como privado, naquele município, outro entrevistado, ao abordar a reforma da EAF dentro do Proep, afirmou que considera prejudicial a possível exclusão do ensino médio do seu currículo.

Outro entrevistado sustenta que a boa qualidade do ensino ministrado na EAF deve-se à formação do quadro de professores, bem superior ao da rede estadual do município e da região. Isso acaba atraindo alunos de vários municípios, o que é facilitado pelo regime de internato. A qualidade do ensino médio propicia um melhor aproveitamento das disciplinas profissionalizantes, também oferecidas pela escola. Outro aspecto ressaltado é que a qualidade do

ensino por si só não garante colocação aos ex-alunos nas atividades agrícolas, dado que o emprego depende de incentivos (não existentes) para desenvolver a agricultura regional. Muitos dos egressos dirigem-se para outras atividades no setor de comércio (sorveteria), serviços (banco) ou extração mineral, por exemplo.

Um dos entrevistados, ao referir-se à recuperação parcial das atividades petrolíferas na região, considera que a EAF teria um papel dado pela qualidade do ensino médio ministrado e não pela formação profissional na agricultura. Esta recuperação dependeria de um novo padrão tecnológico, que utilize uma mão-de-obra com conhecimentos básicos, permitindo o treinamento no interior das próprias empresas ou mesmo na escola, no caso da reforma curricular contemplar o setor petrolífero.

Para este último entrevistado, a escola retrata a agricultura extensiva praticada na região e poderia incentivar a agricultura regional, disponibilizando sua estrutura física aos produtores rurais e, desta forma, aproximando-se mais da população.

Esta visão da necessidade de uma maior integração da escola com a comunidade local também é partilhada por outro entrevistado. Segundo ele, a “fazenda modelo”, que antecedeu a EAF, era integrada com a região, desempenhando um papel de apoio técnico aos produtores rurais. Ele julga que um passo importante rumo a esta integração seria os professores passarem a morar no município. Observa-se que este não é um fato isolado. Visto que Catu dista apenas 80 km de Salvador, é comum que muitas pessoas exerçam suas atividades no município ou na região e residam na capital ou em municípios com melhor rede de serviços, como Alagoinhas. Mesmo no auge da exploração petrolífera pela Petrobrás, esta empresa disponibilizava transporte do município para a capital para seus funcionários. Ainda segundo este entrevistado, a EAF poderia dirigir seus esforços na busca por soluções viáveis para o meio rural, diagnosticando a agricultura regional, recompondo sua área de produção própria (campos demonstrativos), prestando serviços aos produtores (análise de água e solo, por exemplo) e atuando junto aos produtores.

Outro entrevistado aponta a agricultura como alternativa de desenvolvimento

da região. Para ele, a exploração petrolífera levou a um esvaziamento populacional do campo, que ainda conta com uma boa infra-estrutura em termos de estradas vicinais e recursos hídricos. Sugere que as áreas destinadas à exploração petrolífera sejam revertidas para assentamentos rurais. Neste processo, a escola desempenharia um papel de formação da mão-de-obra a ser assentada, através de cursos e do fomento para a criação de cooperativas.

Especificamente nas questões relacionadas ao ensino, um dos entrevistados preocupa-se com a capacidade das escolas locais de absorver os alunos que hoje se dirigem para a EAF, no caso desta não mais ministrar as disciplinas do ensino médio, dado que boa parte das escolas locais está envolvida com o ensino fundamental e é carente em número de professores. Considera que a EAF é de importância para a região também pelo ensino médio, e que este deveria ser mantido com adaptações que despertassem o interesse dos alunos pelo meio rural.

Finalmente, a região da EAF está em crise, e é preciso encontrar alternativas para sua superação. Um dado importante é que a escola conseguiu sobreviver em meio à decadência da região, gerando expectativas para que ela desempenhe um papel além da simples formação de profissionais.

### ***Santa Inês***

A região da EAF de Santa Inês localiza-se geograficamente no Vale do Jequiriçá, no Litoral Sul, em uma área de transição para a semi-árido, entre o baixo sul e a região cacauzeira. A região compreende, além de Santa Inês os municípios de Ubaíra, Jequiriçá, Mutuípe, Jaguaquara, Laje, Irajuba, Itaquara, Itaquara e Cravolândia.

Pela variedade de clima e vegetação, o Vale do Jequiriçá divide-se em duas sub-regiões no Vale, entre o município de Laje (parte baixa do Vale) e Jaguaquara (parte alta do Vale), onde ocorrem mudanças que vão do ambiente de Mata até o de transição para o de caatinga, e conseqüentemente, ocorre uma variação também no clima no mesmo sentido, isto é, assim que se vai subindo o Vale o clima varia do úmido para o menos úmido. Em termos de

regime hídrico as duas sub-regiões têm dois regimes de chuva (verão e inverno), mas a sub-região localizada na parte alta do Vale, a de transição, é mais seca do que a sub-região localizada na parte baixa, a de mata. Por exemplo, na sub-região da mata o índice pluviométrico gira em torno de 1500 mm, e na sub-região de transição de 600 a 700 mm.

O município de Ubaíra, segundo alguns agentes locais, é o marco divisório dessa mudança de ambiente. Os municípios que compõem a parte baixa do Vale, a sub-região de mata, são: Laje, Mutuípe, Jequiriçá e Ubaíra. Os municípios de Santa Inês, Jaguaquara, Cravolândia, Irajuba e Itaquara pertencem à sub-região de transição.

Esta divisão de sub-regiões do Vale também comporta estruturas fundiárias distintas: na parte de cima, predomina a grande propriedade, com área acima de 400 ha em média, e na parte baixa, a pequena e média propriedade, com área abaixo de 200 ha em média.

Nos diferentes ambientes naturais e fundiários das sub-regiões aportaram atividades agrícolas distintas de uma sub-região para outra. O cacau se desenvolveu na parte baixa do Vale e o café na parte. Centrado na produção familiar, o cacau distribuiu-se em toda sub-região de mata do Vale. Nesta região há uma certa preservação do ambiente, pois a cultura do cacau convive com a mata – seu manejo necessita da conservação da mata.

O cultivo do café, por sua vez, centrou-se na grande propriedade<sup>40</sup>, com predomínio de seu cultivo em Santa Inês. Nos outros municípios da sub-região de transição, a ocupação ocorreu em outros moldes de propriedades, grandes, médias e pequenas. Os municípios de Cravolândia e Irajuba são desmembramentos de Santa Inês. Assim, são áreas centradas também no café. Onde o café se instalou, promoveu a devastação ambiental. Já em Jaguaquara, além do café, ocorreu um processo de colonização de italianos, que promoveram outras atividades agrícolas como a olericultura.

A pecuária bovina mista (corte e leite) se espalhou por todo o Vale do Jequiriçá, sendo que na sub-região da mata, mais recentemente, vem

---

<sup>40</sup> Segundo os agentes locais, até mais ou menos 15 anos atrás as terras de Santa Inês pertenciam a somente 5 famílias.



tendendo para uma certa especialização.

Santa Inês já foi o centro econômico do Vale, por onde escoava a produção de café e cacau da região, por sua posição de entrocamento ferroviário da linha férrea Jequié/Salvador. Com a desativação dessa linha e, mais recentemente, com o desmembramento de Cravolândia e Irajuba do município, Santa Inês entrou em processo de franca decadência.

A crise do município também está relacionada com a ocupação de seu território assentada no latifúndio, no vazio fundiário, pois nas outras cidades do Vale, onde ocorreu um processo de parcelamento fundiário, houve um certo desenvolvimento econômico, enquanto, em Santa Inês ocorreu um processo de retrocesso econômico.

Nas crises dos principais cultivos do Vale do Jequiriçá, café e cacau, as distintas sub-regiões apresentaram caminhos diferentes. Na parte de baixo, na sub-região da mata, com a crise do cacau, as atividades agrícolas tenderam à diversificação, com outras frutíferas, banana, cravo e guaraná passando a conviver com o cacau.

Na sub-região de transição, as atividades agrícolas tomaram rumos distintos em cada município. Nos municípios onde os produtores já tinham apostado em outras atividades além do café, acentuou-se a diversificação. Jaguaquara, além de se um dos centros econômicos regionais (comércio e serviços), também se destaca na produção olerícola.

Em Santa Inês, o latifúndio não permitiu a flexibilidade para mudanças. A crise do café no município provocou o parcelamento das terras, mas, mesmo assim, o latifúndio continuou predominando. O meio agrícola de Santa Inês, mesmo com a recuperação do café, permanece em franco processo de decadência econômica, e o parcelamento encontra-se estagnado, pois ninguém se interessa pelas terras do município, que não têm nem infraestrutura e nem água. Assim, o mundo rural do município encontra-se vazio, com pouca produção, onde nem a pecuária se mantém. Em Cravolândia e Irajuba, nova fronteira do café pós decadência de Santa Inês, os produtores apostaram na implantação de lavouras de café modernizadas, já que as terras são mais propícias para o desenvolvimento dessa lavoura.

A mão-de-obra agrícola temporária no Vale encontra-se praticamente na cidade, permanecendo no campo somente o assalariado permanente.

A colheita do café aponta algumas diferenças, visto que, na Bahia, diferentemente do Sudeste, a cultura tem floradas com intervalos mais longos, e, conseqüentemente, a colheita é feita com a presença de frutos maduros e verdes, sendo realizada por “catação” – colhe-se o café maduro (deixa-se o verde no pé) e se coloca no balaio/cesta, onde depois ele é levado para o terreiro de chão batido, e daí para a sede para a secagem final. Segundo alguns agentes locais, os produtores na colheita do café preferem contratar mulheres, pois, como elas têm mãos menores que os homens, fazem melhor o serviço de catação, são mais delicadas, e assim sendo, os homens são utilizados nos serviços mais pesados e naqueles relacionados com a condução da cultura - nos tratos culturais, na poda, na pulverização e outros. A colheita do café é realizada entre abril a setembro.

A colheita do cacau é realizada entre os meses de janeiro e fevereiro, utilizando principalmente a mão-de-obra masculina.. Segundo os agentes locais, não há muita mobilidade da mão-de-obra entre as sub-regiões do Vale Jequiariá. Somente quando a situação do café está ruim, os trabalhadores migram para a sub-região do cacau. O sentido inverso da migração não ocorre, porque no cacau se paga melhor. Hoje, no café se paga R\$ 5,00/dia de serviço e no cacau, de R\$ 6,00 a R\$ 8,00/dia de serviço.

### ***Escola Agrotécnica Federal de Santa Inês***

A EAF de Santa Inês, cujas atividades foram recentemente iniciadas e conta com apenas uma turma de 62 alunos formada, já vem adaptando seu currículo aos padrões do Proep. Porém, a qualidade do ensino das escolas da rede estadual tem levado a EAF a buscar soluções para que os alunos oriundos destas escolas consigam acompanhar as disciplinas profissionalizantes ministradas no pós-médio. Uma delas, dentro dos cursos modulares, é um “reforço” nos conhecimentos gerais adquiridos do ensino médio e um “complemento” destinado a alguns módulos técnico/profissionalizantes. Nota-se que a visão de que o ensino de forma geral, principalmente no município de Santa Inês, é bastante precário é partilhada por todos os entrevistados.

Destaca-se nas entrevistas que a EAF, já durante sua construção, gerou impactos positivos no município, já que vários trabalhadores foram contratados, o que levou ao aquecimento ou mesmo à implementação de atividades no município, como a construção de uma “pousada”, por exemplo. Outros ocorreram com a vinda dos professores da escola, que ativou o mercado de aluguel de imóveis para moradia e o comércio local. No campo educacional, segundo um dos entrevistados, a vinda de professores com esposas de nível superior permitiu a melhoria da qualidade do ensino médio no município, com sua contratação pelas escolas da rede estadual.

Ainda, observa-se que os fatores políticos decisivos para escolha do local de construção da escola não levaram em conta os aspectos relacionados as facilidades para o desenvolvimento das atividades de cultivo e criação nos campos demonstrativos. Desde sua criação, a escola enfrenta dificuldades para o abastecimento d’água, por situar-se em uma área elevada e distante das fontes existentes, o que torna seu custo mais elevado.

Outro aspecto apontado por um dos entrevistados é a importância da escola em comparação com outros órgãos governamentais ligados ao setor agrícola. A vinda de professores com curso superior e formação técnica cria a expectativa de que estes supram as deficiências das redes de pesquisa e extensão rural na região, que se encontram com estruturas e quadro funcional precários, como é o caso da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), que conta com apenas dois agrônomos e um técnico agrícola para assistir a vários municípios da região.

Outro entrevistado sugere que a escola veicule informações junto aos produtores no sentido de que aproveitem seu espaço físico para o desenvolvimento de pesquisas sobre as condições físicas e climáticas da região; e ainda que ela atue junto ao setores urbanos para promover alternativas de desenvolvimento, principalmente em Santa Inês.

Quanto ao emprego da mão-de-obra a ser formada pela Escola, é unânime entre os entrevistados a opinião de que este depende dos incentivos à agricultura regional e à recuperação e desenvolvimento de Santa Inês.

## **Senhor do Bonfim**

A região da EAF do Senhor do Bonfim, localizada no semi-árido, ao norte do Estado, compreende os municípios de Campo Formoso, Umburanos, Antônio Gonçalves, Pindobaçu, Saúde, Caldeirão Grande, Caém, Jaguarari, Jacobina, Quixabeira, Capim Grosso, Queimados, Itiúba, Filadelfia, Andorinha, Cansação e Monte Santo, além de Senhor do Bonfim. Apesar de situar-se no semi-árido, a região é constituída de ambientes distintos em termos de clima, solo e água.

Uma característica comum a toda a região é a existência de dois regimes de chuva, de verão e de inverno. Além da pecuária bovina mista (leite e carne) e da pecuária caprina e ovina, a região dedica-se ao cultivo de feijão de arranque, para comercialização, e de feijão de corda (vigna), milho, mamona, mandioca, sisal e coco de oricuri.

Nas áreas próximas à serra, incluídos os municípios de Jaguarari, Senhor do Bonfim, Campo Formoso, Antônio Gonçalves, Pindobaçu, Saúde, Caém e Jacobina, as condições de solo, água e clima permitiram o desenvolvimento de culturas frutíferas, como manga, pinha, limão, banana e abacate, que abasteciam o mercado local e o de Juazeiro. Mas com a implantação do pólo de irrigação naquele município, a fruticultura local sucumbiu à concorrência, e sua produção ficou praticamente reduzida ao cultivo de abacate.

Em algumas áreas de Filadelfia e Ponto Novo, à margem do rio Itapicuru, o geo-ambiente favorece o cultivo do feijão irrigado. Neste locais, encontram-se os tipos conhecidos como “caça chuvas” – produtores, principalmente de Irecê, que no período da chuva de inverno migram para estes municípios, onde arrendam terras para o plantio de feijão.

Dentro do município de Senhor do Bonfim, encontram-se ambientes diversos, desde o de caatinga até o mais úmido, localizado no pé da serra. Este último oferece água de subsolo em quantidade e qualidade para o desenvolvimento da agricultura e da pecuária, enquanto nos ambientes de caatinga, com água de subsolo em quantidade menores e salobra, essas atividades sofrem mais com os ciclos da seca.

Nas últimas décadas, a pecuária bovina, principalmente a de leite, vem-se

expandindo na região, estimulado um processo de “pecuarização”, segundo agentes locais, em que até o pequeno produtor vende seus caprinos para se iniciar na atividade leiteira.

Na região de Senhor do Bonfim, essa produção vem ganhando cada vez mais espaço no mercado local, através da venda direta (porta em porta), de atravessadores e de quejeiros (produção artesanal local). Agora, existe a perspectiva de a Parmalat, que chegou a ter uma unidade na região até 1999, instalar um posto de coleta terceirizado. Atualmente, a empresa ainda mantém um atendimento precário para 63 produtores fiéis da região. Segundo os agentes locais, a Parmalat não saiu por causa da seca, e sim por causa dos produtores que resistiram a investir em novos manejos e em novas tecnologias para produzir no semi-árido, além de não se adequar ao sistema de fidelidade à empresa.

Os pequenos produtores familiares da região do Senhor do Bonfim sempre se dedicaram basicamente à agricultura de subsistência e à pecuária extensiva, com predominância da pecuária caprina e ovina extensivas que, segundo os agentes locais, são a garantia da poupança desses produtores – o “dinheiro da feira”. A dinâmica dessa produção, bastante peculiar, é conhecida como “fundo de pasto”, que pode ser definida da seguinte forma: produtores de uma certa comunidade compartilham uma área, além das suas próprias, onde são criados os seus ovinos e caprinos. Nessa área, os animais são criados soltos, mas os rebanhos não se misturam, porque segundo agentes locais, o caprino demarca seu território de pastoreio.

Os “fundos de pasto” são tradicionalmente áreas de conflito entre as comunidades e grileiros. Nos últimos anos, as comunidades vêm pressionando o Iterba – Instituto de Terras do Estado da Bahia, para regularização dessas posses, sendo orientadas a criar associações. Hoje já existe, inclusive, uma Central de Associações de Fundo de Pasto – que assegura os direitos adquiridos das comunidades.

Outra atividade que desponta na região é a extração de minérios em Campo Formoso e Andorinha (cobre e cromo) e Jaguarari (cobre).

A agricultura comercial está se restringindo em áreas localizadas no pé de

serra ou próximas de mananciais que permitem a irrigação ou em geoambientes que permitem atender suas necessidades produtivas. A pecuária bovina de leite quase se dizimou, houve uma redução drástica do rebanho. O fenômeno da seca e mais a falta de investimento e de manejo adequado (armazenamento de água, melhoramento genético, alimentação, acondicionamento do leite e produção dependente dos ciclos da seca) no setor leiteiro assolou o rebanho bovino local.

Em termos de perspectivas econômicas para a região a pecuária bovina de leite ainda tende a ser uma alternativa. Existe na região vários produtores que estão modernizando seu manejo no sentido de buscar saídas para enfrentar os ciclos da seca e suas conseqüências. Há movimentos de organização de produtores, pois alguns produtores da região montaram uma cooperativa (22 sócios), que tende atuar na industrialização e na distribuição do leite de seus associados. Este grupo de produtores que estão se modernizando e os que estão se cooperando gostariam de manter em funcionamento o posto de coleta da Parmalat, terceirizado ou não. Argumentam que com a saída da Parmalat, a região não conseguiria expandir-se como bacia leiteira, pois os esquemas locais de comercialização do leite não absorvem todo potencial local de produção, e ainda, não havendo competidores os agentes locais reduziram seus preços de compra. Há movimentos de alguns produtores em buscar o entendimento de outros produtores sobre o papel da “fidelidade” na constituição de uma bacia leiteira e na manutenção de alguma agroindústria do leite na região.

Outra atividade que vem ganhando terreno na economia local é a caprino-ovinocultura. Uma atividade, que até recentemente, estava, praticamente, restrita aos pequenos produtores familiares, hoje, com a crise da pecuária bovina de leite há até grande proprietários nessa atividade, alguns estão se estruturando no campo do melhoramento genético, com a criação de animais de raça desenvolvida pela seleção natural do ambiente nordestino ou mesmo de raças importadas<sup>41</sup>. Junto aos pequenos produtores familiares há importantes iniciativas no sentido de melhorar o rebanho (com raças locais mais produtivas em leite e carne) e seu respectivo manejo (montando currais,

alimentação, e tratamento zoonosano)

Todavia estas iniciativas ainda se mantêm do lado de dentro da porteira. Da porteira para fora os processos de comercialização e distribuição se encontram restritos aos esquemas tradicionais (atravessadores, feiras, açougues, bares/restaurantes locais), com pouca iniciativa de frigoríficos e outros elos a jusante e montante da cadeia. Na região só existe uma iniciativa de frigorífico localizada em Feira de Santana – “Babybode”.

### ***Escola Agrotécnica Federal de Senhor do Bonfim***

A EAF de Senhor do Bonfim também vêm se adaptando ao Proep e já conta com curso (modular) pós-médio (habilitação em zootecnia) e por conta da carência na região pelo ensino médio solicitou ao MEC a permanência do mesmo.

Assim como a EAF de Santa Inês, a do Senhor do Bonfim iniciou suas atividades recentemente gerando expectativa de que ela supra as deficiências dos órgãos públicos relacionados a agricultura. Um dos entrevistados considera a escola como uma “ponta de lança” de ensino e de extensão na região, podendo servir para a geração de tecnologias e repasse destas para os produtores. Outro entrevistado que compartilha desta visão detalha mais o papel da escola chegando ao ponto de considerar que ela poderia ser também um “centro de genética” na melhoria do rebanho de caprinos e ovinos da região.

As expectativas dos entrevistados em relação a escola também se estendem ao campo social no desenvolvimento de comunidades carentes privilegiando a atuação dos técnicos sobre estas comunidades, bem como que a escola conquiste um espaço na sociedade local de forma a agir no sentido da revitalização da economia local.

Quanto ao emprego dos formandos pela escola também é observado pelos entrevistados que dificilmente a região conseguirá absorvê-los caso não se crie um incentivo direto aos profissionais e a agricultura.

---

<sup>41</sup> Há produtores na região importando as raças Boer e Doper da África do Sul.